

# Limites do futuro possível

## Viriato Soromenho-Marques



**A**nunciada Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica e Social de Portugal 2020-2030, da autoria de António Costa Silva (ACS), está já disponível. Apesar de censurável, a ideia do primeiro-ministro de pedir a um só autor uma obra desta envergadura – levando para o desenho das políticas públicas a síndrome lusa do sebastianismo –, a verdade é que o plano, tanto na sua força como na sua fragilidade, é um oásis de relevância no deserto de trivialidades da política nacional. Reflectindo a experiência profissional de ACS, o plano olha o país como um estaleiro de obras – atuais e possíveis. Mobilizando um vasto cabedal de informação, o plano traça cenários e desígnios ambiciosos, para fazer da crise pandémica uma oportunidade que não pode ser perdida. Ressalta em cada página um dinamismo de demiurgo e um otimismo prometeico invencível.

O olhar do plano é profundamente coeso e coerente, por vezes demasiado, correndo o risco ideológico de desprezar os alertas finos do real. A sua ideologia é a da salvação pela tecnologia, fundada na fé na inesgotabilidade do engenho humano. Por isso, não causa espanto que embora refira a necessidade de um modelo de “agricultura sustentável” evite falar no olival intensivo. Mostra preocupação com os “incêndios rurais”, mas passa ao lado das desordenadas monoculturas de eucalipto e pinheiro-bravo

onde as ignições tragicamente se agigantam. Escreve sobre alterações climáticas, mas propõe o incremento exponencial das indústrias extrativas, incluindo arrancar crostas de níquel, cobalto e manganês aos fundos marinhos dos Açores. Fala de Forças Armadas, sobretudo na dimensão externa, mas não considera a necessidade de as preparar para os desafios internos de segurança implicados pela emergência ambiental e climática.

O autor interroga-se: “Como é que o futuro vai evoluir? Não sabemos.” Trata-se de uma humildade tão retórica como a dúvida cartesiana. Essa humildade metódica, abundando em cenários e propostas, muitas delas acertadas, parece-me falhar, contudo, no essencial. Subestima ou silencia o que de fundamental já verdadeiramente se conhece. Descarta a possibilidade da persistência desta crise pandémica, em vez de nos trazer o ouro da solidariedade, poder fraturar ainda mais uma União Europeia que se arrasta penosamente.

Sabemos também que a crise ambiental e climática global já entrou numa fase de não retorno, que nos vai obrigar a contrair, reduzir e adaptar para sobreviver. Contudo, o plano, no seu estilo vertiginoso, procura a quadratura do círculo: conciliar a exuberância energética e disruptiva do crescimento com a prudência da sustentabilidade. Ele contempla o desafio das crises ciclópicas do presente-futuro, como se o tempo que vai ditar as regras fosse o do “plano de negócios” da transição energética e não o da emergência humanitária e securitária. Também nas suas limitações de fundo, o plano de ACS ajuda-nos a perceber a nossa estreita margem de manobra. Só teremos lugar no futuro se transformarmos a defesa da Terra no centro do contrato social. O resto são fantasias vãs.

*Professor universitário*